

Governo teme colapso no País com anteprojeto

BRASÍLIA — O Governo teme que a aprovação das propostas do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) provoque o colapso das instituições, principalmente nas questões do parlamentarismo e da anistia. Para evitar um clima de radicalização política que influa no processo de transição democrática, armou uma estratégia para alterar todo o atual anteprojeto: a apresentação de emendas para cada um dos capítulos que, se não forem negociadas com Cabral, serão motivos de pedido de destituição, em plenário, para votação preferencial ao substitutivo do Relator.

A informação é do Consultor Geral da República, Saulo Ramos, que participou da reunião no Palácio da Alvorada, no sábado, quando as principais linhas da ofensiva do Governo sobre a Constituinte foram traçadas. Estiveram no encontro com o Presidente José Sarney, além de Saulo Ramos, o Ministro-Chefe do SNI, General Ivan de Souza Mendes; o Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA); e os Deputados Prisco Viana (PMDB-BA) e Expedito Machado (PMDB-CE), do Centro Democrático do PMDB.

Saulo passou todo o fim de semana analisando cuidadosamente o anteprojeto e não o poupou de críticas, tanto em relação ao conteúdo quanto à propriedade jurídica e até política das propostas. Disse ainda que o anteprojeto agride tanto a Língua Portuguesa que, só por isso, "já seria uma afronta ao Presidente Sarney, membro da Academia Brasileira de Letras". Quanto aos aspectos jurídicos, salientou:

— A leitura de tanta impropriedade serviu para me desopilar o fígado.

A respeito dos dois pontos mais polémicos do anteprojeto previu: a anistia, como está sendo proposta, não será aprovada no plenário da Constituinte; e o parlamentarismo poderá ser constituir em um fator de desagregação institucional.

O Presidente José Sarney quer transmitir o País ao seu sucessor, eleito por pleito direto, de acordo com as regras ditas pela nova Carta. Mas, para tanto, a Constituição precisa ser realista, moderna, bem redigida, sintética e digna do Brasil de hoje — disse o Consultor.

Para o capítulo da reforma agrária, defende a manutenção no texto apenas do princípio da desapropria-



Para o Consultor, substitutivo é impróprio e agride a Língua Portuguesa

ção, remetendo para a lei ordinária o estabelecimento do rito sumário para a consumação do ato. E defendeu ainda, ao contrário do que está disposto no atual anteprojeto, a criação de uma Justiça Agrária. Para a execução da reforma agrária, o Consultor citou como exemplo a fórmula utilizada no Chile por Allende e adotada, depois, pelo México.

— Devo dizer que Allende não foi fuzilado pela reforma agrária que promoveu — brincou.

Esse modelo prevê o estabelecimento de um módulo mínimo para a propriedade rural, que não pode ser passível de desapropriação; estabelece que o imóvel produtivo não será desapropriado, sob qualquer hipótese; e que as terras consideradas inexploradas terão apenas dois terços da sua extensão desapropriados.

— Este é o princípio de inafetabilidade parcial — afirmou.

Ao enumerar o que chamou de "uma série de besteiras que tem por aí, ao longo deste texto", Saulo Ramos apontou os pontos que considerou mais absurdos, entre eles o artigo sobre as funções e atribuições da Polícia Federal que, segundo ele, foi completamente esvaziada. Nas disposições transitórias, de acordo com o Consultor, Cabral transferiu para o Ministério da Fazenda a competência para combater o contrabando.

Outro exemplo de impropriedade: o artigo 6º, parágrafo 56, que estabe-

lece responsabilidade penal para a pessoa jurídica:

— Ficamos sem saber o que mandar prender: os acionistas, as ações, os estatutos?

No capítulo sobre a família, Saulo criticou o artigo 298, que dá ao poder público a responsabilidade de controlar a natalidade, "respeitadas as convicções éticas e religiosas dos pais".

— Esta questão de filhos é um problema que atinge a individualidade do casal. E Cabral não previu a situação dos ateus, por exemplo.

No mesmo capítulo, artigo 300, outra "impropriedade".

— Ao afirmar que os filhos, independentemente da condição de nascimento, têm iguais direitos e qualificações, Cabral não está legalizando a situação dos ilegítimos, que era a sua preocupação e é minha também. Mas, o que são condições de nascimento? Nascer em uma mangueira? De parto natural ou cesareana? O parentesco é consanguíneo. Isso não está dito.

Finalmente, enfatizando as críticas que fez aos fundamentos jurídicos do anteprojeto, disparou:

— Não posso sequer afirmar que Cabral entende ou não de Direito porque ele não conversa sobre o assunto com quem domina a matéria. Tanto que os políticos pensam que Cabral é um jurista e os juristas acham que ele é um político.



Ulysses, ao lado de Virgílio Távora, pede resultados, e não expectativas

Ulysses adverte que a Constituição não pode gerar falsas expectativas

BRASÍLIA — O Deputado Ulysses Guimarães disse ontem, ao criticar o substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que a Constituição precisa produzir resultados positivos, e não simples expectativas populares que jamais poderão ser cumpridas. O Presidente da Assembleia Nacional Constituinte e do PMDB referia-se aos artigos do anteprojeto relativos à questão tributária.

— Se a Constituição cria despesas, é preciso que haja recursos para pagar essas despesas, para cobrir esses gastos — observou Ulysses Guimarães, ao deixar, na manhã de ontem, o Instituto Israel Pinheiro, onde se reuniu com os integrantes dos grupos de consenso — "Grupo dos 32" e "Grupo Interpartidário" — que analisam o anteprojeto de Cabral.

Depois de destacar que tinha informações de que o capítulo sobre a política tributária, da forma como ficou no relatório, não está em consonância com os gastos e os direitos assegurados no texto constitucional, revelou que receberá hoje, do Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, um estudo sobre o problema tributário brasileiro. Esse documen-

to servirá de subsídio às modificações que deverão ser feitas no substitutivo.

O Deputado Ulysses Guimarães aproveitou a ocasião para criticar também os artigos do anteprojeto relativos ao Poder Judiciário.

— O Brasil não tem lei, e o primeiro dever do Estado é a Justiça. O País não pode sobreviver convivendo com as injustiças — advertiu, para afirmar em seguida que é preciso haver uma Justiça mais rápida e barata.

E deu um exemplo: — Somos um País onde um acidente de trânsito produz três volumes de autos e pode demorar mais de dez anos até ter uma decisão judicial. E isso não é possível.

O Presidente da Constituinte criticou ainda o fato de a União e os Estados terem competência comum para legislar sobre determinadas matérias:

— Não é possível o Estado e a União terem o mesmo poder de legislar sobre a questão tributária. Ou um ou outro. Na Alemanha Ocidental, por exemplo, quem legisla sobre esse tema é o Estado. E necessário uma definição — exigiu Ulysses Guimarães.

Consultor considera texto da comunicação confuso

BRASÍLIA — Na avaliação do Consultor Geral da República, Saulo Ramos, o capítulo do anteprojeto do Deputado Bernardo Cabral sobre comunicação não atende aos interesses dos proprietários de rádio e televisão. Segundo ele, o parágrafo segundo do artigo 293 admite questões jurídicas nos processos de renovação das concessões ao afirmar que a outorga do Executivo somente produzirá efeitos legais depois da manifestação do Congresso Nacional, em prazo a ser fixado por lei.

De acordo com a interpretação do Consultor Geral da República, ainda que o parágrafo refira-se apenas à

outorga, e não à renovação, este segundo caso poderá ser motivo de demanda judicial por uma parte interessada em retardar o processo, pois o caput do artigo se refere às duas possibilidades. Diz o artigo: "Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para serviços de rádio e televisão".

Outra imperfeição apontada por Saulo Ramos é sobre a questão da censura, prevista no artigo 291. No parágrafo segundo do item III deste dispositivo está escrito: "É vedada toda e qualquer censura de natureza política ou ideológica. São proibidas

as publicações impressas, os espetáculos públicos, a programação e a publicidade em geral nas emissoras de rádio e televisão, que se utilizem de temas ou imagens pornográficos, que atentem contra o bom costume e que incitem à violência".

— Os conceitos sobre bom costume e incitação à violência — observou Saulo Ramos — são muito subjetivos. O que fere a moral em Bagé pode não produzir o mesmo efeito em Copacabana, em pleno Rio de Janeiro. Quanto à incitação à violência, a mesma coisa. Este parágrafo restabelece a censura — afirmou o Consultor.

Planalto buscará 'presidenciáveis' para derrotar o parlamentarismo

BRASÍLIA — O momento é de concentrar todas as forças do Governo e as das lideranças políticas diretamente interessadas na manutenção do presidencialismo, até os "presidenciáveis", para derrubar a proposta parlamentarista do Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), na Comissão de Sistematização. Foi para defender esta tese que o Presidente José Sarney reuniu no Palácio da Alvorada, no fim de semana, parlamentares e colaboradores da sua confiança. Lá estiveram os Deputados Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), Prisco Viana (PMDB-BA) e Expedito Machado (PMDB-CE), o Consultor Geral da República, Saulo Ramos, e o Ministro-Chefe do SNI, General Ivan de Souza Mendes.

Segundo o Deputado Expedito Machado, a avaliação do grupo foi de que a tendência parlamentarista prevalece hoje na Constituinte, mas poderá ser revertida se houver uma atuação maciça e integrada entre as várias correntes interessadas na manutenção do atual sistema de governo.

Há muitas forças importantes e expressivas a favor do presidencialismo — ponderou Expedito Machado: A começar pelos virtuais candidatos à sucessão do Presidente

Sarney, como Ulysses Guimarães, Leonel Brizola e vários Governadores. Todos podem dar uma contribuição muito grande neste processo dentro de suas áreas de influência.

O Presidente Sarney, segundo relato do Deputado, ocupou quase todo o tempo da reunião fundamentando sua preferência pelo presidencialismo:

— Chamou-nos a atenção para o momento grave que o País atravessa e pediu para que meditássemos sobre a nossa responsabilidade. Ele sabe que o período de transição é muito difícil em qualquer País, e que sua grande missão, enquanto Presidente, não é marcar seu governo por vitórias econômicas ou sociais, mas principalmente solidificar as instituições e o regime democrático. Para esse momento, a adoção do parlamentarismo traz muitos riscos — ponderou.

O sistema parlamentarista, em si, é até muito bem aceito pelo Presidente Sarney, garantiu Expedito Machado. O parlamentar disse que Sarney acha que em países politicamente mais evoluídos o parlamentarismo tem dado bons resultados, mas que no Brasil esbarra em no mínimo três obstáculos que o inviabilizam para este momento histórico.

O Presidente lembrou os mesmos pontos que vem repetindo desde que começou esta discussão sobre sistema de governo: a fragilidade da estrutura partidária, o baixo índice de profissionalização da burocracia estatal, que não resistiria ilesa às crises de governo e mudanças de gabinete normais no sistema parlamentarista, e a dificuldade de adaptação do sistema às Constituições Estaduais.

A forma de atuação para garantir a vitória do presidencialismo não chegou a ser discutida na reunião, garantiu Expedito Machado, embora os "presidenciáveis" e Governadores tenham sido lembrados como fortes aliados do Governo neste embate.

— Ficamos mais na análise teórica do tema.

A possível aliança com o ex-Governador Leonel Brizola, que não chegou a ser citado nominalmente na reunião, não é descartada pelo Deputado.

Congressualmente falando, a influência do Brizola não é muito grande, considerando os constituintes do PDT. Mas ele tem uma área de influência em outras bancadas. Além do mais, cada voto é importante neste momento e precisamos unir todos os nossos aliados — concluiu.

Sarney quer saber qual é o sistema que 'Centro' apóia

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney quer saber qual é o sistema de Governo que os parlamentares do Centro Democrático do PMDB preferem, informou ontem o Deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), citando o Líder da facção, Deputado Expedito Machado (CE). Ribeiro acrescentou que Sarney manifestou esse interesse a Expedito durante a reunião que teve no sábado, no Palácio da Alvorada, com lideranças do Governo na Constituinte.

Mendes Ribeiro frisou que o Centro Democrático ainda não tomou posição sobre o sistema de Governo porque abriga presidencialistas e parlamentaristas. O tema está sendo examinado, mas se o consenso não for possível, cada um votará de acordo com suas convicções.

O Presidente Sarney tem o di-

Newton fechará a Secretaria de Minas e Energia

BELO HORIZONTE — Vai ser extinta nos próximos dias, por medida de economia, a Secretaria de Minas e Energia, criada no Governo Hélio Garcia, revelou o Governador Newton Cardoso, acrescentando que outras Secretarias terão o mesmo destino, em breve. O atual Secretário, Geraldo Santana, ocupará a Presidência da Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), cargo vago desde a demissão, há duas semanas, do empresário Pedro Paulo de Almeida Cezarini, acusado da prática de empreguismo.

— Minas vai começar um processo corajoso e destemido de enxugamento da máquina administrativa — disse o Governador.

Sistematização vai decidir sobre prazo

BRASÍLIA — O Senador Afonso Arinos vai submeter a votação, na Comissão de Sistematização, o cronograma para a entrega de emendas, elaboração e votação do substitutivo do Relator Bernardo Cabral, que será encaminhado ao plenário da Constituinte. Caso prevaleça, por maioria simples, a opinião de que o tempo previsto no Regimento Interno é insuficiente para a conclusão dos trabalhos da Comissão, o Presidente da Sistematização encaminhará pedido formal ao Presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, para a dilatação dos prazos.

Neste caso, como não se trata de matéria constitucional, o Regimento Interno não exige maioria absoluta, e a posição da Comissão será a que eu adotei — explicou Arinos.

Sobre prazos, os constituintes estão divididos. O relator adjunto Vilson de Souza (PMDB-SC), colaborador de Bernardo Cabral, acha que seria "extremamente salutar" haver mais tempo para negociar:

— As teses polémicas demandam tempo de negociação para que se possa chegar a posições de consenso. Se isso não for possível, corremos o risco de atrasar ainda mais a conclusão da Carta no plenário, onde as votações serão mais difíceis e demoradas quando as matérias não representarem a média das posições.

Para Vilson de Souza, Ulysses Guimarães deveria se conscientizar de que os prazos não são importantes, "e sim a qualidade da nova Carta".

Especialmente nesta fase de afinamento, o trabalho de negociação pressupõe maior prazo para entendimentos, porque envolvem convencimento. Com este trabalho, já conseguimos diminuir muito as áreas de atrito, mas ainda restam matérias importantes, como reforma agrária, comunicações, sistema de Governo e mandato — ponderou.

O Senador José Richa, do "Grupo dos 32", não acha necessário ainda alterar os prazos:

— Concordo em que não se deve prejudicar a qualidade em função do tempo, mas estamos trabalhando dia e noite, sábados e domingos, para que a Constituição seja promulgada ainda este ano. Até agora não vejo por que dilatar esses prazos.